



Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2011

Ao
Geólogo Guilherme de Oliveira Estrella
M.D. Diretor de Exploração e Produção
Petróleo Brasileiro S.A -Petrobrás
Av. Chile,65
Nesta

Assunto: Nível de segurança nas unidades de produção da Bacia de Campos e das demais plataformas operadas pela Petrobrás

Prezado Diretor,

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) tem realizado discussões entre seu corpo de associados, preocupada com o nível de segurança das plataformas da Companhia. Fruto destes debates estamos encaminhando um conjunto de sugestões e comentários de forma a contribuir para a solução dos problemas.

Algumas unidades de produção da Bacia de Campos foram interditadas em 2010. É sabido que vários eventos podem ter influenciado esta situação, como a operação de venda de ações e a eleição presidencial. Porém é fato que existiram falhas graves de segurança que foram constatadas e levaram os órgãos governamentais a atuar e suspender corretamente a atividade de produção, como na P33, por exemplo, com graves prejuízos financeiros e de imagem para a PETROBRÁS.

No entendimento da AEPET alguns fatores estruturais levaram as instalações da Companhia a esta situação. Segue abaixo um resumo de algumas prováveis causas, que podem ser facilmente confirmadas a sua ocorrência e, no futuro, tomadas ações que visem a bloquear a repetição destes problemas.

1) Postergação e redução de paradas programadas para manutenção;

Vários equipamentos funcionam de forma contínua, sem paradas para manutenção, em uma plataforma de produção (de forma similar a uma refinaria). Para que se mantenham íntegros, a boa prática recomenda que sejam feitas paradas de produção totais ou parciais para manutenção destes equipamentos. Durante os últimos anos a alta gerência do E&P vem, sistematicamente, postergando e reduzindo o tempo destas manutenções programadas que implicam em parada de produção.

O que aconteceu em 2010 é que esta situação ficou insustentável e várias plataformas tiveram que parar sem uma programação para fazer as manutenções corretivas, muito mais caras do que as preventivas, que provavelmente poderiam ser evitadas se as manutenções preventivas rotineiras tivessem sido autorizadas.

Este problema pode ser facilmente constatado analisando o número e o período de dias em que cada plataforma de produção fez parada nos últimos 10 anos.

2) Burocratização das liberações das “Permissões de Trabalho” – PTs

Ao longo dos anos o processo para efetiva liberação de início de um trabalho em uma plataforma, chamado de “PT” ou “Permissão de Trabalho” vem sendo “burocratizado” em nome do aumento do nível de segurança.

O estágio atual reduziu o tempo efetivo de trabalho a níveis muito baixos o que acaba levando à não realização dos trabalhos (mesmo com os recursos a bordo) e conseqüente deteriorização dos equipamentos e instalações. Sem a devida manutenção e operando em um ambiente marinho altamente agressivo, estes equipamentos vão se deteriorando e as instalações sofrendo um processo contínuo de corrosão. Seguem abaixo alguns exemplos de fácil constatação deste problema:

A) Necessidade de correio eletrônico do Gerente do Ativo para liberação de certos serviços na plataforma – Para as tarefas mais complexas este procedimento é exigido (hierarquicamente o gerente de Ativo está a cerca de 5 níveis acima do operador e acima ainda do gerente de plataforma que trabalha em terra). Porém isso só atrasa o início dos trabalhos e desperdiça mão de obra parada a bordo, pois a maioria dos Gerentes de Ativo não tem formação na área de Operação de Plataformas (a maioria nunca trabalhou em regime contínuo de embarque em plataformas) e tem dificuldade de entender os detalhes da operação que está autorizando. O pessoal próprio da PETROBRAS a bordo tem experiência e capacitação técnica necessária para avaliar e autorizar estes serviços, específicos ao seu local de trabalho e sua rotina profissional;

B) Necessidade do gerente de plataforma que trabalha em terra autorizar a operação do guindaste – Para cargas mais elevadas, porém dentro da capacidade dos guindastes, está sendo exigida a autorização do gerente de plataforma de terra (chamado de gerente da “OP”). Isso várias vezes também leva a desperdício de mão de obra a bordo, aguardando a autorização, e atraso nos trabalhos. Esta autorização poderia ser dada pelo gerente da plataforma embarcado (conhecido como “GEPLAT”) que tem as condições técnicas e está no local da realização dos serviços (a bordo);

C) Dificuldade de realização de serviços emergenciais – Várias vezes ocorrem problemas nas unidades que precisam ter uma resposta rápida da área de manutenção, porém o processo burocrático está exigindo assinaturas de tantos coordenadores, segurança e operadores, que levam à perda de várias horas para que seja possível o início dos trabalhos.

Estes problemas, e vários outros entraves burocráticos, estão levando a um atraso no início das atividades diárias da força de trabalho a bordo. Com isso ocorre uma grande queda de produtividade (mão de obra disponível a bordo parada). Conseqüentemente as manutenções e obras atrasam, os planos de manutenção não são cumpridos e as instalações se deterioram. Esta questão pode ser facilmente constatada através de uma breve entrevista com qualquer gerente de plataforma de terra (gerente de “OP”), gerente de plataforma do mar (“GEPLAT”) ou qualquer pessoa de bordo (operadores ou pessoal da manutenção), que tenha liberdade para falar como este processo de burocratização da liberação de “PTs” vem se alongando nos últimos anos.

- 3) Metas inatingíveis – Nos últimos anos as metas de produção do E&P sistematicamente não vem sendo atingidas. Estes números extremamente desafiadores estão forçando a organização a abrir mão de atividades de manutenção e outras boas práticas em nome de resultados em curto prazo. Isso acaba levando a uma parada não programada da plataforma (interdição de órgão governamental, ou mesmo resultante de emergências) que leva a um prejuízo maior para a PETROBRÁS em médio e longo prazos. O não cumprimento das metas nos últimos anos também é de fácil constatação.

- 4) Realocação de gerentes experientes para o Rio de Janeiro e perda de prestígio e poder dos gerentes baseados em Macaé – Nos últimos anos a estrutura do E&P no Rio de Janeiro e a criação de novas Unidades Operacionais, forçou a saída de vários gerentes experientes de Macaé para outras cidades. Isso está acarretando em perda de prestígio para os gerentes das plataformas e suas respectivas estruturas. Esta situação acaba por implicar em uma redução do poder de conseguir recursos, com conseqüente queda de produtividade e degradação da situação das plataformas de produção. Atualmente existe alguma dificuldade para encontrar um bom profissional que queira ser gerente de “OP”, e mesmo outras posições em Macaé. Isso tem levado a Companhia convidar profissionais com pouca experiência e forçar um aprendizado muito rápido para os mesmos (talvez sem a necessária aprendizagem e treinamento no trabalho ideal). A relação deste fator com a degradação das condições das plataformas não é tão direta como nos outros casos, mas também é de fácil constatação.

Embora tenhamos mencionado as plataformas da Bacia de Campos, acreditamos que os problemas aqui apontados também estejam ocorrendo em plataformas de outras áreas da Empresa.

Considerando que a Petrobrás ficou ainda mais exposta em face de, como operadora de todo o pré-sal, contrariar os interesses externos, entendemos que os cuidados com a operação e a manutenção devam ser cada vez mais importantes.

Por fim, nos colocamos à disposição para esclarecimentos complementares de forma a contribuir para a melhoria das instalações marítimas de produção e para o fortalecimento da segurança operacional das plataformas da Petrobrás.

Atenciosamente,

Fernando Leite Siqueira
Presidente